



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

Percepção ambiental de produtores rurais na recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim – Sergipe

Environmental Perception of Rural Producers in Forest Recovery in the Sub-Basin of Poxim River - Sergipe

Bruno Villaça GONÇALVES¹, Laura Jane GOMES²

¹ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS). Técnico Ambiental da Ambiental Consultoria e Projetos. E-mail: brunotaubate@yahoo.com.br

² Doutora em Engenharia Agrícola (UNICAMP). Professora do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: laurabuturi@gmail.com

Artigo: Recebido em: 12 de junho de 2013; Versão final aceita em: 5 de março de 2014.

RESUMO

No Estado de Sergipe, a área remanescente de Mata Atlântica está estimada em aproximadamente 9% de sua área original. Dentre as áreas de vegetação mais impactadas estão as nascentes e matas ciliares dos rios. Neste sentido, algumas ações vêm sendo desenvolvidas como forma de reverter esse quadro de degradação, como políticas públicas e projetos de recuperação florestal. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção ambiental dos produtores rurais que participaram do Programa Preservando Nascentes e Municípios na sub-bacia hidrográfica do rio Poxim, Sergipe. Foram realizadas entrevistas com onze produtores rurais envolvidos nas ações de recuperação florestal. Os dados foram analisados com base na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os resultados indicam que os projetos de recuperação florestal devem estar vinculados a propostas mais amplas, a exemplo das questões produtivas.

Palavras chave: gestão florestal; Área de Preservação Permanente; políticas públicas.

ABSTRACT

In Sergipe State the remaining Atlantic Forest area is estimated at about 9% of its original area. Among the most impacted vegetation areas are the springs and riparian forests of rivers. In this sense, some actions have been developed as a way to reverse this situation of degradation, such as public policy and forest recovery projects. The research had as objective to analyze the environmental perception of rural producers who participate on the Preserving Springs and Municipalities Program, in the Sub-basin of Poxim River. Semi-structured interviews were conducted with 11 rural producers involved in the forest recovery process. Such interviews were analyzed based on the methodology of Collective Subject Discourse (DSC). The results indicate that forest recovery projects must be tied to wider proposals, such as productive points.

Keywords: forest management; Preservation Permanent Area; public policy.

1. Introdução

No Estado de Sergipe, a situação do bioma Mata Atlântica é preocupante, pois a área de remanescentes florestais encontra-se estimada em apenas 9,17% de sua área original (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2011).

A degradação das nascentes e matas ciliares é um dos fatores mais agravantes que comprometem a sustentabilidade hídrica, haja vista as consequências que levam à situação em que se encontram os mananciais do Estado, com baixa quantidade de água potável para abastecer sua população. Em Sergipe, algumas características hídricas já são complicadoras para o abastecimento humano, pois, apesar de apresentar uma densa malha hidrográfica, esta é composta por rios intermitentes e irregulares, com exceção do rio São Francisco, com grande parte insuficiente para suprimento permanente. Dentre os fatores que contribuem para os impactos nos recursos hídricos, podem ser citados o despejo direto de esgoto e lixo, remoção de areia, terra ou argila, erosão e barramento dos cursos d'água e ausência de vegetação (Aguiar Netto, Filho & Rocha, 2010).

A Política Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito Federal (Brasil, 1997), e a Política Estadual de Recursos Hídricos de Sergipe, no âmbito Estadual (Sergipe, 1997), são as políticas públicas que buscam minimizar e reverter os impactos negativos da degradação dos recursos hídricos. Esta última cria instrumentos que visam garantir ações e financiamentos destinados à gestão dos recursos hídricos no Estado, tais como o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH)¹.

Ações de recuperação² florestal vêm ocorrendo em diferentes regiões do Estado de Sergipe, a partir de

projetos promovidos em conjunto pelos órgãos públicos, instituições privadas, movimentos sociais e organizações não governamentais. São iniciativas que buscam reverter o cenário de degradação em que se encontram os mananciais e possuem metodologias que se diferenciam em alguns aspectos, pois procuram envolver as comunidades e atores sociais das localidades em que as ações ocorrem.

A compreensão de como os atores sociais diretamente envolvidos percebem o processo de recuperação florestal é fundamental, visto que os resultados ocorrem a médio e longo prazos, com o desenvolvimento da vegetação, estabelecimento da floresta, reprodução da biodiversidade local e melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa partiu da atuação no Programa Preservando Nascentes e Municípios (PPNM)³, entre os anos de 2010 e 2012, com a execução do “Projeto de recuperação da vegetação das nascentes e matas ciliares das sub-bacias hidrográficas dos rios Poxim, Cajueiro dos Veados e Siriri-vivo”. Neste projeto, foram desenvolvidas ações de recuperação florestal com espécies nativas das nascentes e matas ciliares de tais sub-bacias e paralelamente ocorreram ações de Educação Ambiental com diferentes atores sociais das comunidades e municípios envolvidos, que tiveram como objetivo promover debates e reflexões acerca da importância das ações de recuperação florestal, ao mesmo tempo em que buscou-se consolidar iniciativas que contribuíssem com a preservação dos mananciais e com o desenvolvimento de demandas que partissem das comunidades.

A partir de tais experiências, surge o questionamento acerca de qual a percepção que os produtores rurais da região possuem com relação ao processo de recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim.

¹ O FUNERH é um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, foi criado pela Lei nº 3.870, de 25 de setembro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 19.079, de 5 de setembro de 2000. Vinculado institucionalmente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH –, tem por objetivo constituir-se em instrumento financeiro para a execução de planos, programas, projetos, ações e atividades relacionadas com recursos hídricos no estado de Sergipe (Sergipe, 2013).

² Art. 2º XII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original (Brasil, 2006).

³ O Programa Preservando Nascentes e Municípios é uma iniciativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH-SE). Formulado em 2009, oriundo de recursos provenientes do FUNERH, teve como parcerias na execução do projeto a Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSCIPI) Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (Sociedade Semear) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

2. Compreendendo a relação com a natureza por meio da percepção ambiental

São diversos os conceitos de percepção, advindos em grande parte de estudos da Psicologia. Transpor tais conceitos, inserindo a temática ambiental, é o desafio que se tem ao se trabalhar com a percepção ambiental. Segundo Whyte (1977), para que se possa fazer qualquer análise da relação homem-ambiente, deve-se ter como ponto de partida a compreensão da percepção ambiental desses sujeitos. Os paradigmas dessa relação homem-ambiente se relacionam com as compreensões individuais e coletivas do meio ambiente e, conseqüentemente, com as ações e escolhas dos sujeitos.

Neste sentido, busca-se compreender a percepção inserida em um contexto socioambiental, para que se possam traçar definições do conceito de percepção ambiental.

Segundo Penna (1969), percepção é conhecer, por meio dos sentidos, objetos e situações. Desta forma, operando sobre dados sensoriais, se configura a percepção, da qual resultam determinadas condutas para com o que se percebe.

No trabalho desenvolvido por Oliveira e Corona (2008), buscando a reflexão da influência da percepção ambiental na formulação de políticas públicas, são utilizados conceitos elaborados por Melazo (2005) em pesquisas sobre percepção ambiental, nas quais descreve sobre a relação da percepção com os sentidos humanos (visão, olfato, paladar, audição e tato). Segundo o autor, a partir de tais estímulos são formadas as ideias e a compreensão do mundo, norteadas pelos valores éticos, morais, culturais, etc., os quais possibilitam aos indivíduos pensar e agir sobre a realidade na qual se situa.

Envoltos em contextos socioculturais, os sujeitos possuem então uma percepção não somente impulsionada por suas sensações, mas acompanhada de um contexto histórico e de padrões determinados socialmente. Penna (1969) descreve o ato perceptivo como um empreendimento social, onde “[...] tendemos a perceber de acordo com padrões convencionais e em função das expectativas dominantes nos quadros da comunidade cultural” (Penna, 1969, p. 39).

Para que então se possa analisar a percepção ambiental de diferentes atores sociais, é necessário que se

tenha uma visão sistêmica de todo um contexto que os envolve, além da conjuntura na qual os indivíduos se desenvolveram. Segundo Tuan (1980), é necessário que se conheça a história cultural e a experiência vivenciada por um indivíduo ou grupo em determinados contextos de diferentes ambientes físicos.

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza” (Tuan, 1980, p. 68).

Utilizando-se do conceito de *topofilia* para descrever a relação dos seres humanos com o local onde vivem, Tuan (1980) define este conceito como sendo um elo afetivo entre uma pessoa e o lugar ou ambiente onde vive. Esta relação é permeada por diferentes laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, laços estes relacionados à contemplação, ao lazer, à moradia, à atividade econômica, dentre outros. Diante desta relação entre sensações, visões de mundo, laços afetivos e contextos socioculturais, busca-se também na percepção uma autocompreensão, voltada aos valores dos sujeitos e suas respectivas condutas ou atitudes para com o meio ambiente.

A importância de pesquisas relacionadas à percepção ambiental foi ressaltada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1973, apontando como uma das principais dificuldades para a proteção ambiental a diferença das percepções dos valores e da importância de ambientes naturais entre indivíduos de culturas ou grupos socioeconômicos distintos (Unesco, 1973). Muitos estudos vêm sendo desenvolvidos buscando-se compreender de que maneira se estrutura a percepção ambiental de diferentes sujeitos, em situações e contextos diversos e com finalidades distintas. De maneira geral, busca-se analisar os valores atribuídos ao lugar ou à atividade em questão, quais os precedentes que possam interferir em determinadas percepções, e quais caminhos a serem percorridos para a construção e concretização de ações que visem a transformações da realidade.

No caso da recuperação florestal, a importância de que diferentes atores sociais se envolvam e participem do processo, contribuindo dessa forma para a continuidade das ações, tem estreita relação com suas distintas percepções sobre o meio ambiente. Este envolvimento também se concretiza a partir das motivações que levam os sujeitos a participarem de determinadas ações.

3. Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida com produtores rurais envolvidos nas ações de recuperação florestal de nascentes e matas ciliares da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim, no Estado de Sergipe, mais especificamente no rio Poxim-Açu. Importante manancial, o rio Poxim

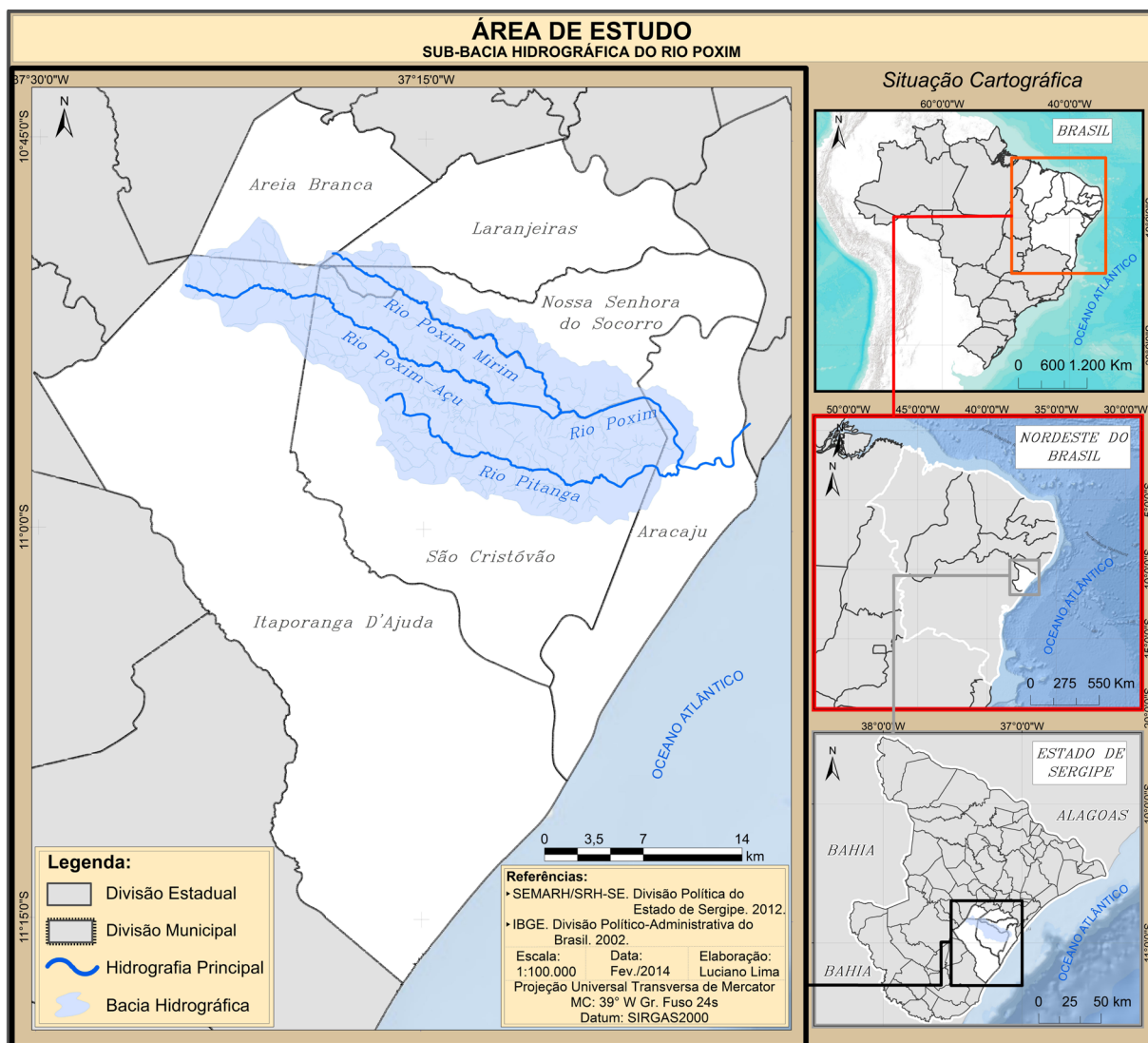


FIGURA 1 – Localização da Sub-bacia hidrográfica do rio Poxim no Brasil, Nordeste e Sergipe.

FONTE: Sergipe, 2012.

se destaca por sua função de abastecimento humano, inclusive para a capital, Aracaju.

Situada na porção leste, possui área correspondente a 14,9% da área total do Estado. Está inserida no bioma Mata Atlântica, possui clima tropical úmido e abrange parte dos municípios de Itaporanga d'Ájuda, Areia

Branca, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, São Cristovão e Aracaju (Figura 1).

A sub-bacia hidrográfica do rio Poxim é composta pelos rios Poxim-Mirim, Pitanga e Poxim-Açú e pertence à bacia hidrográfica do rio Sergipe (Figura 2).

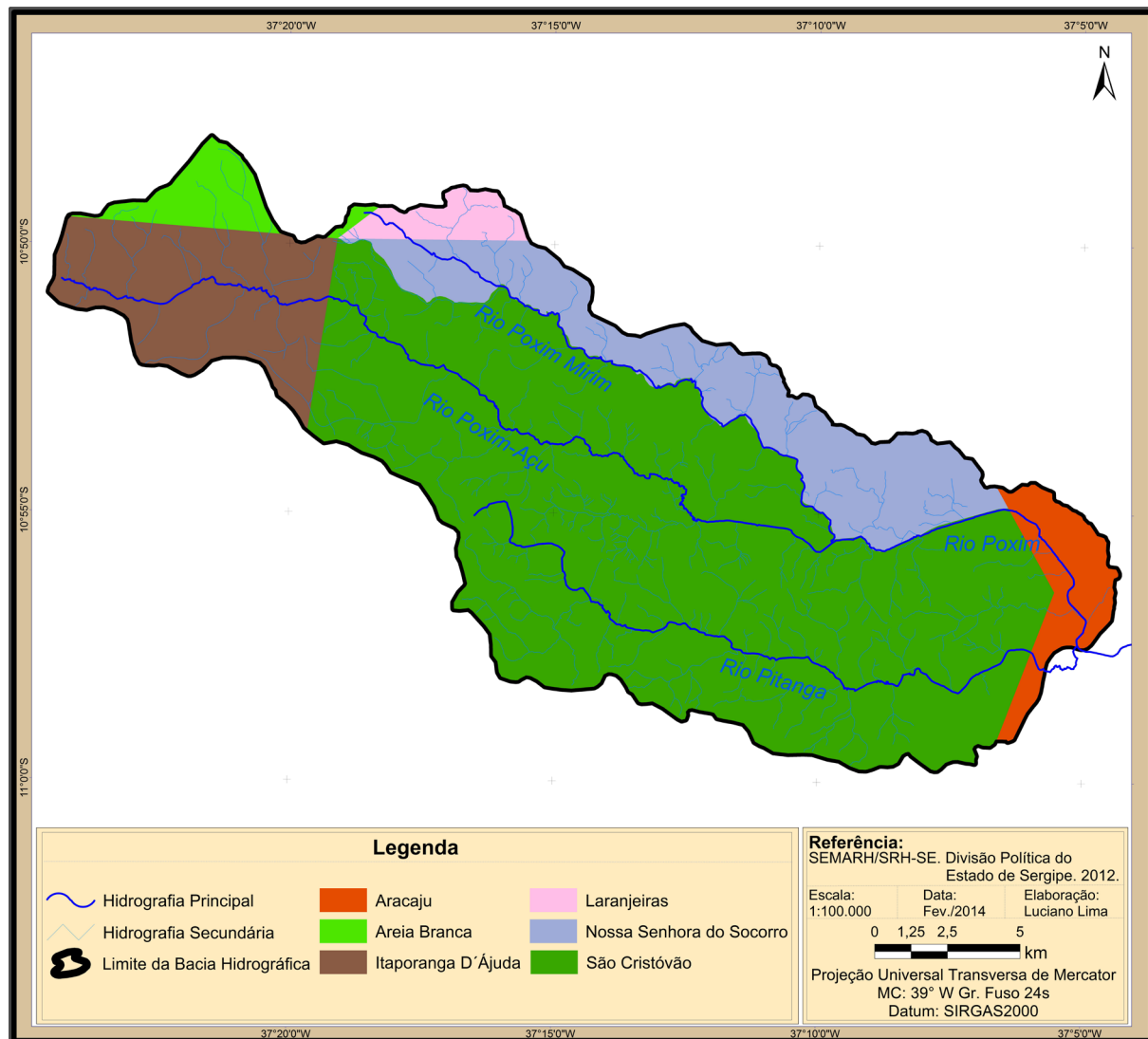


FIGURA 2 – Sub-bacia hidrográfica do rio Poxim, com destaque para o rio Poxim-Açú.

FONTE: Sergipe, 2012.

Segundo Ferreira *et al.* (2011), apesar de sua importância social e econômica, a sub-bacia hidrográfica do rio Poxim encontra-se em alto estado de degradação ambiental, principalmente no que se refere à supressão de sua vegetação ciliar. As atividades predominantes na região da sub-bacia do rio Poxim são do setor industrial (extrativismo mineral, construção civil, petróleo e gás natural, fertilizantes químicos, tecidos, dentre outras), sendo que os trechos finais dos rios Poxim e Pitanga localizam-se em áreas totalmente urbanizadas. A agropecuária também se destaca como importante atividade, com grandes propriedades de cana-de-açúcar. Já na região das nascentes, predominam pequenas propriedades, com destaque para a produção de milho, mandioca e feijão (UFS, 2009).

As comunidades envolvidas diretamente no projeto e nesta pesquisa situam-se nos povoados Cajueiro e Caroba, ambos localizados no município de Areia Branca/SE. O município de Areia Branca se situa na região do Agreste Central Sergipano, possuindo uma população de 16.857 habitantes e uma área territorial de 146.677 km², segundo dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tais povoados foram diretamente envolvidos por serem os locais onde se encontram as principais nascentes do rio Poxim e, por esse fato, possuírem notável importância para esta sub-bacia hidrográfica.

Além da importância pela localização das nascentes, estes povoados estão situados nos limites do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Trata-se de uma região predominantemente agrícola, com o cultivo de mandioca e a existência das casas de farinha, em que são utilizadas significativas quantidades de lenha para a produção da farinha.

A amostragem foi definida com base nos dados secundários, sendo estas informações de relatórios técnicos e ações desenvolvidas no PPNM. A seleção dos participantes se deu pela *escolha intencional*, que, segundo Lefèvre e Lefèvre (2003), é utilizada quando se tem conhecimento do universo a ser pesquisado e seria inviável se realizar uma investigação qualitativa integral com toda a população, por questões estruturais ou tem-

porais. Desta forma, são selecionados os participantes de acordo com os objetivos da pesquisa e conhecimento da realidade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com onze produtores rurais, o que representa 50% do total de produtores contemplados pelo Programa. Tais entrevistas tiveram como base Triviños (2008). Segundo o autor, este tipo de entrevistas, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 2008, p. 146).

Para a análise das informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com os produtores rurais, foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, proposta por Lefèvre e Lefèvre (2003).

O DSC é uma metodologia com enfoque qualitativo, onde se busca conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um determinado tema. Para tanto, propõe uma sistematização de informações qualitativas, as quais podem ser obtidas de diferentes fontes, buscando sintetizar os discursos individuais em um discurso coletivo, representando dessa forma o pensamento de uma coletividade. Este painel de discursos reflete o que um dado grupo ou coletividade pode pensar numa dada formação sociocultural e em seus respectivos contextos.

Foram trabalhadas figuras metodológicas para o desenvolvimento do DSC, dentre elas as Ideias Centrais (IC's), que correspondem a uma descrição sintética do sentido de cada discurso, com função particularizadora, na forma de uma expressão linguística.

Para análise dos discursos e discussão dos resultados com base em Lefèvre e Lefèvre (2003), podem ser utilizados três níveis de análise: descritiva, interpretativa e evolutiva. Nesta pesquisa, optou-se pela *análise evolutiva*, que abrange as outras duas. Esta tem o intuito de constatar o que os sujeitos pensam a respeito dos temas abordados (análise descritiva), quais as causas desses pensamentos (análise interpretativa) e quais as possibilidades de se trabalhar com estes sujeitos, buscando alternativas, novas realizações e transformações de pensamento e realidade (análise evolutiva).

4. Resultados e discussões

4.1. Perfil dos entrevistados

Apenas uma mulher figura entre os 11 produtores rurais participantes da pesquisa. Esta se situa na faixa etária acima de 60 anos. Do total, verificou-se uma faixa etária média elevada, predominando a faixa acima de 60 anos.

Com relação ao grau de escolaridade, a maioria dos entrevistados possui o nível fundamental incompleto (aproximadamente 54%), 18,18% afirmaram nunca terem estudado, sendo a mesma porcentagem dos que possuem nível médio completo (18,18%), e apenas um possui nível superior completo (9,09%).

Notou-se também a predominância de pequenas propriedades rurais, voltadas ao cultivo de lavouras temporárias, como a mandioca e hortaliças, e em alguns casos uma pequena parte de pastagem, que, segundo alguns produtores rurais, serve como uma “poupança” do agricultor, garantindo um recurso em épocas ruins de produção vegetal. Já as maiores propriedades são destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar e à pecuária.

Outro aspecto importante é que, dos onze produtores rurais entrevistados, apenas três residem em outra localidade, sendo que um desses três morava no povoado, mas, após ter se aposentado, mudou para uma casa na cidade no próprio município de Areia Branca. Dos oito que residem na região (povoados Cajueiro e Caroba), sete residem desde que nasceram no local. Também vale destacar que os outros dois que residem em outra localidade são os que possuem as maiores propriedades rurais, destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e à pecuária.

4.2. Percepção ambiental e a recuperação florestal

Para a análise da percepção ambiental dos produtores rurais por meio da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), foram elencadas três categorias, nas quais se basearam as entrevistas semiestruturadas. A primeira categoria buscou abordar a importância do ambiente para os produtores rurais. A segunda categoria

tratou das opiniões a respeito da recuperação florestal em si e das mudanças ocorridas nas propriedades rurais. Por fim, na terceira categoria, buscou-se analisar o conhecimento das espécies arbóreas utilizadas na recuperação florestal.

Na primeira categoria, relacionada à importância do ambiente, puderam ser distinguidas duas Ideias Centrais a partir dos discursos obtidos com as entrevistas:

- **Ideia Central A** – *Relação de vínculo, toponímia.*

DSC: *Muitas coisas eu acho que eu me preocupo, ali é uma riqueza pra gente. A gente deve pensar não só na gente próprio, nós deveria cultivar desde criancinha, cultivar o rio, porque nós não pode viver num mundo sem água, o importante da gente é as água né?! Isso aí é água pura, uma fonte, na hora que nasce já apanha. Quem aumenta a água é a raiz da árvore, se não for as árvore não tem nuvem.*

- **Ideia Central B** – *Importância produtiva, econômica.*

DSC: *Lá eu plantei muita coisa, cria animal, é o pasto, a plantação.*

Seis dos onze produtores rurais relacionaram a importância do ambiente a um aspecto de toponímia, segundo Tuan (1980), podendo-se perceber uma relação afetiva com o local. Destes seis, cinco residem no local e um mudou-se após sua aposentadoria, mas ainda morando no próprio município. Isso reflete a importância do contexto histórico e da identidade, refletindo um maior vínculo com a natureza dos que residem próximos ao rio.

Cabe aqui compreender a importância da identidade como contribuição para a compreensão e análise da percepção ambiental. O vínculo com o local é parte do processo de construção da identidade, somado aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais (Mourão & Cavalcante, 2011), neste último aspecto representado pelas tradições, as culturas, as crenças, os valores, os ritos, as representações e as próprias relações sociais (Anjos, Almeida & Curado, 2008).

Mourão e Cavalcanti (2011) abordam o conceito de *Identidade de lugar* como sendo uma subestrutura da identidade pessoal, construída pela interação do indivíduo com seu entorno físico e social. “A construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de

vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito” (Mourão & Cavalcanti, 2011, p. 208).

Assim, tais fatores influenciam a forma como se dá o envolvimento de tais atores sociais e indicam caminhos que possam ser traçados ao se elaborar propostas nas quais se busque a participação social, como também onde se proponham ações de Educação Ambiental. Compreender tais aspectos possibilita com que o diálogo e o envolvimento possa ocorrer além de uma dimensão puramente técnica ou ainda ambiental, mas que possa abranger valores culturais e sociais.

Já a segunda IC representa uma relação com o ambiente voltada à importância produtiva, econômica. Esta IC surgiu do discurso de oito dos onze produtores rurais.

Neste sentido, percebe-se que é indissociável a questão produtiva da preservação ambiental, no caso específico, da recuperação florestal. Apesar de muitos perceberem a importância do ambiente com relação à preservação, às águas, e de um pensamento coletivo, a maioria dos entrevistados representou a importância econômica, sobre a utilização da propriedade para cultivos agrícolas e criação de animais. Isto se dá por conta de se ter a atividade agrícola como fonte de renda quase que exclusiva da maioria dos entrevistados.

Tal fato se dá pela dependência econômica que se tem com os recursos naturais nesta realidade social (Ennes, Nascimento & Oliveira, 2009). Desta forma, tais análises indicam a importância de um trabalho envolvendo os produtores rurais que possa conciliar questões produtivas a formas e à importância de se preservar o ambiente.

Faz-se necessário um trabalho com estes produtores que alie a produção agrícola, buscando novas técnicas, melhor aproveitamento da propriedade rural e, inclusive, incorpore a manutenção das áreas recuperadas ao próprio trabalho de recuperação florestal em si. Com base na própria legislação, quando se trata de interesse social, podem-se buscar alternativas que conciliem a conservação ambiental ao aspecto econômico, como, por exemplo, o manejo agroflorestal (Brasil, 2012).

Na segunda categoria, que trata das opiniões a respeito da recuperação florestal em si e das mudanças ocorridas nas propriedades rurais, foram identificadas quatro IC's, sendo que uma não representa um DSC

por ter sido abordada por apenas um entrevistado, desta forma não podendo se configurar como um pensamento coletivo.

- **Ideia Central A** – *Opinião sobre a recuperação florestal voltada à questão legal.*

DSC: *Fica mais presente de você da lei, a lei não permite, tá sujeito a uma multa ou até ser preso. Eu sempre fui a favor, não tenho nenhuma objeção. Não sei se aprovaram as frutíferas, parece que no novo Código tá, talvez pudesse usar, sendo vegetação natural.*

- **Ideia Central B** – *Opinião sobre a recuperação florestal voltada à questão das águas.*

DSC: *É bom pra preservar o rio, pra seguir as água né? As árvore ajuda, as água fica cuidada, reserva, fica melhor ainda. O padrão de qualidade da água vai ser melhor. Isso que vem pro meio ambiente, vem pra toda a população.*

- **Ideia Central C** – *Área recuperada vista como não causadora de problemas na propriedade.*

DSC: *Foi tudo de acordo, não atrapalhou nada, minha área não perturbou nada, não passa nada não. Não usava, ficava no pasto, deixou onde bebê pros gado. No local mudou mais, fechou mais o capim, saiu cercando, gastaram adubo que é uma beleza, elas tão devagar as árvore.*

- **Ideia Central D** – *Área recuperada vista como benefício ambiental e econômico.*

Só foi benefício porque a área ficou recuperada, ambientalmente recuperada, só foi lucro pra mim e o meio ambiente.

A primeira IC representa uma percepção a respeito da recuperação florestal voltada aos aspectos legais. Apenas três refletiram este pensamento com aspectos relacionados à conduta e ao conhecimento da legislação e da obrigação que os próprios produtores rurais têm de recuperar e/ou preservar a vegetação das Áreas de Preservação Permanente (APP's) de suas propriedades.

Destaca-se neste DSC a percepção das consequências legais de não se desenvolver a recuperação florestal e o questionamento a respeito da possibilidade de se utilizar frutíferas na recuperação florestal, refletindo a importância da questão produtiva abordada anteriormente, assim como do manejo em casos de interesse social nas pequenas propriedades rurais, com base na legislação

que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Brasil, 2012) e outras relacionadas.

A segunda IC traduz uma percepção relacionada à importância das águas, apontada por cinco entrevistados, refletindo a necessidade de preservação e da relação do meio ambiente com a sociedade. Esta percepção representa uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, pelo ato de perceber o ambiente em que se está inserido e a necessidade de proteção, não necessariamente resultando em ações neste sentido.

Já a terceira IC destaca a opinião a respeito das mudanças ocasionadas na propriedade rural pelo processo de recuperação florestal. Neste DSC, representando o pensamento de cinco dos onze entrevistados, pôde ser observada a conciliação do processo de recuperação florestal com a criação de animais, mais especificamente de atividade pecuária. Outro aspecto interessante é a opinião a respeito do trabalho desenvolvido com relação ao adubo e ao crescimento das árvores.

A quarta e última IC desta categoria foi abordada por apenas um dos entrevistados. Nota-se a visão de lucro colocada pelo produtor rural. É interessante pontuar que tratou da questão de obrigação legal e colocou o pensamento da vantagem em aceitar a recuperação florestal promovida pelo próprio Estado, pois senão ele teria que arcar com os custos de todo o processo.

É neste sentido que, segundo a UNESCO (1973), a diferença entre as percepções entre indivíduos de culturas ou grupos socioeconômicos distintos representa um entrave à proteção ambiental, onde neste caso em um mesmo projeto faz-se necessário desenvolver a recuperação florestal com o envolvimento de indivíduos de distintas realidades sociais e econômicas. Deste modo, surge o desafio de se traçar estratégias diferenciadas.

Constatou-se, pelas falas, a falta de conhecimento dos aspectos legais voltados à recuperação florestal, o que indica a necessidade de tais questões serem abordadas no sentido de esclarecer questões, bem como indicar possibilidades que possam contribuir no sucesso de tais ações.

A percepção da importância para o rio e suas águas representa um aspecto positivo no sentido de se buscar realizar este debate com os produtores rurais envolvidos em ações de recuperação florestal. Outro aspecto interessante é a maneira como percebem as consequências das ações de recuperação em suas propriedades. A percepção

de que não causa problemas na propriedade é positiva pela possibilidade de se buscar conciliar a recuperação com a produção. No entanto, não demonstra uma percepção relacionada a possíveis benefícios que tais ações possam gerar. Apenas um visualizou o processo como benefício para sua área, ainda que nesse caso o entrevistado apontasse para o benefício econômico.

Cabe aqui refletir sobre o que se deve abordar num processo de envolvimento e participação dos produtores rurais em projetos de recuperação florestal, compreendendo aspectos de motivação e valores, como também a possibilidade de se criar instrumentos políticos que possam subsidiar tais ações.

Por fim, na terceira categoria, buscou-se analisar o conhecimento que os produtores rurais possuem sobre as espécies arbóreas utilizadas pelo projeto de recuperação florestal e que foram selecionadas pelos técnicos, e qual a opinião dos agricultores entrevistados em relação à contribuição que tais espécies podem trazer para o desenvolvimento dos trabalhos.

- **Ideia Central A** – *Conhece algumas das espécies plantadas.*

DSC: *Por que não planta eucalipto? É pra lenha, é cara, gosta de água, se tivesse plantado na beira do rio. É uma árvore sadia, de crescimento, pode até cortar, o compadre ali plantou um monte, tá bonito viu.*

- **Ideia Central B** – *Não conhece as espécies plantadas.*

Não, não conheço.

- **Ideia Central C** – *Indicou espécies para serem utilizadas.*

DSC: *Tem que fazer análise o pau que se dá, plantar mais com as folha larga, combate o sol né? Acho que Maria-farinha vocês conseguem fazer o reflorestamento dela. Mulungu, Paraíba, Biribeira, Pau-fava, Pau-pombo, Murici, Pau d'arco, Tamboril dá aqui ó, Cajueiro já não é bom, Mangueira ainda sai. O que cresce mais é aquela Ingazeira. O Landri, não perde um pé, pode plantar.*

- **Ideia Central D** - *Indicou eucalipto.*

DSC: *Eu conheço aquelas plantas ali, algumas, daqui todo mundo conhece. Landri, Biriba, Embaúba, Murici, Capim-Tango, Mangue, Mulungu. O Mulungu cresce devagar, mas é resistente. É nativo daqui mesmo. Não é a falta de cuidado, muitas não aguenta e morre,*

replanta. Aqui a região é mais Mangueira, Cajueiro, Tamboril, Biriba.

Oito produtores rurais entrevistados declararam ter conhecimento das espécies utilizadas nas ações de recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim. Apenas um declarou não conhecer as espécies utilizadas.

Cinco dos entrevistados indicaram espécies a serem utilizadas. Este conhecimento popular é fundamental no sentido de demonstrar a importância de se envolver os produtores rurais nas ações e buscar, a partir deste envolvimento, promover uma maior possibilidade de garantia de continuidade das ações. O conhecimento local representa um fortalecimento da identidade dos produtores rurais com os projetos e maior possibilidade de participação e continuidade das ações.

Quatro dos entrevistados indicaram a utilização de eucalipto para o processo de recuperação florestal. Aqui é interessante refletir sobre determinados aspectos. Um ponto importante é novamente a percepção voltada à questão produtiva. Nota-se no DSC o argumento de que o eucalipto pode servir para a retirada de lenha, além de possuir um bom valor econômico. Além disso, é indicado por ter um bom crescimento, contrastando com o discurso a respeito de algumas espécies utilizadas, como o mulungu, que possui crescimento lento, como pode ser verificado na primeira ideia central deste agrupamento.

É importante destacar que o eucalipto, por se tratar de uma espécie exótica arbórea, não é permitido o seu plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP's). Apenas algumas espécies exóticas, arbustivas ou herbáceas, podem ser utilizadas, em casos excepcionais, como trata a resolução do CONAMA nº 429, de 2011, sobre a metodologia de recuperação de APP's.

§ 3º. Em casos excepcionais, nos plantios de espécies nativas, observado o disposto no § 1º, na entrelinha, poderão ser cultivadas espécies herbáceas ou arbustivas exóticas de adubação verde ou espécies agrícolas exóticas ou nativas, até o 5º ano da implantação da atividade de recuperação, como estratégia de manutenção da área em recuperação, devendo o interessado comunicar o início e a localização da atividade ao órgão (Brasil - Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2011).

Com base na pesquisa desenvolvida por Lima *et al.* (2011), nestes mesmos povoados (Cajueiro e Caroba) e em outros dois povoados da região (Pedrinhas e Ladeira), a respeito dos saberes e uso da flora madeireira, constatou-se um significativo conhecimento por parte dos especialistas locais a respeito das espécies, em especial as espécies nativas (originárias da Mata Atlântica), como também de espécies exóticas, totalizando 126 espécies identificadas (Lima *et al.*, 2011).

Tais espécies foram distribuídas em categorias de uso, sendo que a categoria com maior representação foi “combustível”, com 120 espécies, o equivalente a 95% de todas as citações, sendo que, destas, 106 são plantas nativas da região de Mata Atlântica.

Dentre as espécies citadas nas entrevistas (as que se tem conhecimento e que foram utilizadas na recuperação florestal e as que foram indicadas pelos produtores rurais) e que também foram identificadas por Lima *et al.* (2011), apenas três são exóticas: mangueira (*Mangifera indica*), cajueiro (*Anacardium occidentale*) e eucalipto (*Eucalyptus* sp.). Outras nove são nativas: landri (*Symphonia globulifera*), biriba (*Escweleira ovata*), embaúba (*Cecropia pachystachya*), murici (*Byrsonima sericea*), mangue (*Vochysia lucida*), mulungu (*Erythrina* sp.), paraíba (*Simarouba* sp.), pau-pombo (*Tapirira guianensis*) e pau-d'arco (*Handroanthus* sp.).

Pode-se concluir que o conhecimento popular representa um incremento às ações, por meio da possibilidade de identificação de espécies que não são atualmente utilizadas pelos técnicos na recuperação florestal, mas que possuem potencial para tanto, assim como elaborando estratégias que contribuam com as demandas socioeconômicas.

Neste sentido, torna-se necessário o conhecimento da demanda de recursos madeireiros dessas populações e os usos empregados, para que se possa garantir de forma efetiva o uso sustentável dos recursos florestais (Lima *et al.*, 2011, p. 240).

5. Considerações finais

Pelo contexto sobre o qual incidiu esta pesquisa, pode-se perceber distintas realidades que se relacionam em uma mesma iniciativa. Os produtores rurais, envol-

vidos nas ações de recuperação florestal, trazem consigo uma multiplicidade de características sobre as quais se deve refletir para o desenvolvimento de ações voltadas a um objetivo comum. Desta forma, podem-se constatar distintas percepções dos produtores rurais com relação ao ambiente. Permeada pelos sentidos, identidades e aspectos culturais, a percepção ambiental permite compreender melhor como se dá a relação do produtor rural com a terra, com o meio onde vive e trabalha e com as ações de recuperação florestal.

Tais percepções demonstram uma relação significativa de vínculo com a natureza, principalmente por parte daqueles que vivem no local onde trabalham, moram próximo ao rio e a sua propriedade, com certa preocupação especialmente voltada às águas. Demonstram também a forte relação com a terra como fonte de sustento, de onde se produz o alimento para a família e para a venda, no caso dos pequenos produtores, ou somente para a venda, no caso dos grandes proprietários rurais.

Neste sentido, a percepção ambiental, inclusive relacionada à própria recuperação florestal, está atrelada à demanda por produção, se destacando a questão da diminuição de área a ser cultivada pelos produtores rurais como um dos questionamentos sobre a utilização destas áreas e a possibilidade de plantio de espécies que gerem um retorno econômico ou de subsistência. Aparecem também com menor destaque a percepção a respeito da obrigatoriedade por conta da legislação, demonstrando que existe, ainda que limitado, um conhecimento e/ou interesse pela legislação ambiental, mas que este carece de esclarecimentos. Tais esclarecimentos devem ser inseridos nas palestras e cursos de Educação Ambiental promovidos pelos Programas de Recuperação Florestal e podem ser úteis no sentido de possibilitarem conhecimento a respeito das possibilidades existentes com relação à legislação ambiental como fontes de financiamentos agrícola e técnicas de manejo sustentável de áreas de APP's, como, por exemplo, a partir dos Sistemas Agroflorestais.

Dentre as demandas que podem ser apontadas, estão o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas, por exemplo, ao manejo de áreas recuperadas pelos próprios produtores rurais, valorizando o conhecimento popular e as condições locais. Pode-se lançar a discussão a respeito do manejo agroflorestal como alternativa

na recuperação de APP's e como estratégia de uso produtivo conciliado com a preservação. No caso aqui analisado, não se deve deixar de lado a necessidade de buscar alternativas para a demanda de recursos florestais energéticos para uso doméstico e para a produção de farinha de mandioca, seja pela substituição da lenha ou no estabelecimento de plantio de pequenos bosques de florestas energéticas.

Nessa questão, se coloca também a definição de metodologias específicas ao se trabalhar com produtores rurais. A falta de recursos para recuperar as áreas, assim como a demanda por melhores condições de produção, surge como realidade dos pequenos produtores rurais por assim se dizer e aponta para a necessidade do alcance da extensão rural aliada à questão florestal nessas áreas.

A realização de diagnósticos socioambientais das comunidades e produtores rurais que serão envolvidos tende a contribuir para a compreensão das diferentes realidades a serem abrangidas e como estas deverão ser trabalhadas. A partir deste diagnóstico, se propor ações que busquem envolver os produtores rurais, conciliando o objetivo de se recuperar as áreas degradadas com as demandas que os mesmos possuem. Para tanto, o uso de metodologias participativas pode ser adequada às diferentes realidades e demandas e, de tal forma, a capacitação das equipes técnicas em metodologias participativas tende a contribuir com a implementação das mesmas nos projetos.

Uma estratégia de fundamental importância é a construção de um arranjo institucional no Estado de Sergipe voltado à recuperação florestal, com o qual se possibilite, a partir das atribuições específicas, articulação e atuação conjunta das instituições, traçar um planejamento a médio e longo prazos, com maior disponibilidade de recursos, profissionais e envolvimento da sociedade, buscando se fortalecer a gestão ambiental municipal, a definição de áreas prioritárias a serem recuperadas no Estado, fontes de financiamento contínuas, a partir de recursos públicos e privados, e a criação de instrumentos que possam beneficiar os produtores rurais que necessitam de auxílio financeiro e que contribuam com a recuperação de áreas degradadas, como, por exemplo, a Política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), já implementada em outros estados.

Referências

- Aguiar Netto, A. O.; Filho, C. J. M. M.; Rocha, J. C. S. Águas de Sergipe: reflexões sobre cenários e limitações. In: _____; Gomes, L. J. (Org.). *Meio ambiente: distintos olhares*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. 178 p.
- Anjos, R. L. C. C.; Almeida, M. G.; Curado, F. F. A construção social dos agricultores familiares do semiárido sergipano e a reserva legal. In: Curado, F. F.; Lopes, E. S.; Santana, M. (Org.). *Do plural ao singular: dimensões da Reforma Agrária e assentamentos rurais em Sergipe*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 246 p.
- BRASIL. *Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Brasília, 1997.
- _____. - Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006*. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção.
- _____. - Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011*. Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs. Brasília, 2011.
- _____. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, 2012.
- Ennes, M. A.; Nascimento, L. M. B.; Oliveira, M. S. “Arrancar inhome”: entre a ilegalidade e a resistência. *Scientia Plena*, 5(11), 2009.
- Ferreira, R. A.; Aguiar Netto, A. O.; Santos, T. I. S.; Santos, B. L.; Matos, E. L. Nascentes da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim, Estado de Sergipe: da degradação à restauração. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, 35(2), 265-277, 2011.
- Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica; período 2008-2010*. São Paulo, 2011. 120 p.
- Lefèvre, F.; Lefèvre, A. M. C. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003. 256 p.
- Lima, J. S.; Oliveira, D. M.; Júnior, J. E. N.; Mann, R. S.; Gomes, L. J. Saberes e usos da flora madeireira por especialistas populares do agreste de Sergipe. *Sitientibus*. Série Ciências Biológicas, 11(2): 239-253, 2011.
- Melazo, G. *Olhares & Trilhas*, Uberlândia, Ano VI, 6, 45-51, 2005.
- Mourão, A. R. T.; Cavalcante, S. Identidade de lugar. In: Cavalcante, S.; Ellal, G. A. (Org.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.
- Oliveira, K. A.; Corona, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. *Revista Científica ANAP Brasil*, 1(1), 2008.
- Penna, A. G. *Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969. 181 p.
- Sergipe (Estado). *Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 3.870 de 25 de setembro de 1997*. Sergipe, 1997.
- _____. - Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – Superintendência de Recursos Hídricos. *Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos de Sergipe*. CD-ROM, 2012.
- _____. - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe. s.d. Disponível em <<http://www.semarrh.se.gov.br/srh/modules/tinyd0/index.php?id=9>>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- Trivinho, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed., 17. reimp. São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.
- Tuan, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.
- UFS - Universidade Federal de Sergipe. *Diagnóstico e avaliação ambiental da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2009. 245 p.
- UNESCO. *Rapport final du group d'experts sur le project 13: la perception de la qualité du milieu dans les programmes URL' homme et La biosphère (MAB)*. Paris: Unesco, 1973. 79 p. (Série Des Rapports du MAB 9).
- WHYTE, A. V. T. *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain*. Paris: Unesco, 1977, 143 p. (Notes Techniques du MAB 5).